



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 75
Maio – 2016

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Carta Capital* e *Veja*, e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico* e *Zero Hora*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Doutorandos em Relações Internacionais (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUCSP):
Giovanna Ayres Arantes de Paiva; José Augusto Zague; Lívia Peres Milani.

Mestrandos: Luiza Elena Januário; Bruce Roberto Scheidl Campos; Jonathan de Araujo de Assis;
Kimberly Alves Digolin.

Graduandos em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Aline Meschiatti; Camila Gomes de Assis; Thiago Eizo Coutinho Maeda.



Observatório de Política Exterior do Brasil

No mês de maio, a imprensa brasileira repercutiu, de maneira geral, as mudanças em matéria de política externa promovidas pelo chanceler interino. A despeito da discussão comum, os assuntos abordados pelos jornais podem ser segmentados em três grandes temas: diretrizes da política externa, relações com América Latina e relações comerciais. Os periódicos *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* discutiram a posse do ministro interino e as mudanças delineadas nas diretrizes da política externa. Os jornais *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Braziliense* trataram das notas diplomáticas emitidas pelo Itamaraty com o intuito de refutar o posicionamento de alguns países latino-americanos em relação ao processo de impeachment. Em editoriais publicados no mês de maio, os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* abordaram a mudança na orientação da política externa brasileira a partir da instauração do governo interino de Michel Temer, entendendo como positivas a priorização do comércio exterior e a mudança na pauta de negociações internacionais.

Diretrizes da política externa

Em editoriais publicados respectivamente nos dias 20 e 23 de maio, os jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo* abordaram a posse de José Serra como novo ministro das Relações Exteriores brasileiro. O assunto principal desses editoriais refere-se a indicativos de mudança apresentados pelo ministro em seu discurso de posse. A indicação de Serra já havia sido abordada anteriormente em uma passagem do editorial da *Folha de S. Paulo* do dia 14 de maio. O assunto foi retomado por *O Estado de S. Paulo* no dia 24, quando o periódico rebateu as críticas feitas pelo ex-chanceler Celso Amorim às diretrizes apresentadas por Serra.

O Estado de S. Paulo interpretou a ascensão de Serra como uma "promessa de retomada da diplomacia profissional – isto é, assentada nos interesses nacionais, e não nos objetivos de um partido político". A *Folha de S. Paulo* também criticou a "ideologização" da política exterior dos últimos treze anos, e exaltou a retomada de uma diplomacia pautada na defesa dos interesses nacionais, e não de um partido político. Contudo, a argumentação dos jornais peca pela falta de definição do que entendem por "interesse nacional", e uma visão da sociedade como coesa e única, quando na verdade, os interesses são setoriais, e não representam o todo da sociedade. A definição do que se



Observatório de Política Exterior do Brasil

refere ao interesse nacional e da orientação da política exterior apenas pode ocorrer, como no caso de outras políticas, pelas eleições. A política exterior do PT passou por esse crivo por três vezes consecutivas. Nesse sentido, a "partidarização" da política externa é um fator necessário para uma democratização do setor. É natural, portanto, que diferentes partidos políticos possuam diversas visões de como conduzir a política externa. O que parece complicado, no entanto, é que grandes mudanças na política externa brasileira ocorram sem a devida consulta à população.

Portanto, os editoriais reproduziram o discurso de Serra de que sob sua gestão a política exterior deixaria de ser ideológica e foram favoráveis às novas diretrizes apresentadas. É interessante pontuar, contudo, que o discurso de Serra, reafirmado pelos periódicos, também é ideológico, e reproduz uma concepção de mundo liberal, sem questionar até que ponto a abertura comercial realmente seria favorável à economia brasileira. Os periódicos sugerem que acordos comerciais e de livre-comércio são sempre benéficos, não se atentando que o principal desafio às exportações brasileiras, principalmente no campo das commodities, refere-se à existência de subsídios concedidos pelos governos dos países centrais, que se recusam fortemente a repensá-los. Nesse sentido, uma abertura da economia nacional aos mercados desenvolvidos pode não ser a opção mais interessante e poderia fragilizar a economia brasileira. Contudo, a mídia tende a avaliar os resultados da política exterior somente a partir da quantidade de acordos comerciais assinados, sem avaliar em detalhes se tais acordos são de fato benéficos para o desenvolvimento da economia.

No mesmo sentido, interpretar a aproximação que ocorreu entre o Brasil e países da África e da Ásia, principalmente durante o governo Lula, como uma questão simplesmente de ideologia é equivocado, considerando que nesse período houve uma expansão de empresas brasileiras do setor da construção que se estabeleceram na região, com importantes contratos de longo prazo. Ao contrário de *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo* aborda a temática, e sugere a existência de uma troca de favores, entre o financiamento de campanhas eleitorais do PT por empreiteiras e sua expansão internacional. Contudo, o periódico omite que tais empresas não financiaram apenas o PT, mas de forma equivalente, financiaram as campanhas do PSDB. É verdade que tais empresas posteriormente foram condenadas por esquemas de corrupção, contudo, isso



Observatório de Política Exterior do Brasil

não muda o fato de que a sua expansão foi importante para a economia nacional em um determinado momento.

Ademais, os editoriais – e o ministro das Relações Exteriores - apresentam uma visão da Política Exterior bastante limitada, como se a mesma tivesse relação somente com as questões comerciais. Para ficar apenas do ponto de vista econômico, a política externa pode contribuir para a expansão de empresas nacionais, através da abertura de filiais fora das fronteiras nacionais. A Política Exterior possui uma importante vertente geopolítica, que também parece ignorada pelos periódicos. Por fim, há que se ressaltar que é no mínimo irônico que os periódicos exaltem a "volta do profissionalismo" no Itamaraty quando o ministério passa a ser conduzido por um político com objetivos eleitorais, rompendo com a postura do Partido dos Trabalhadores de indicar diplomatas de carreira para o cargo.

Referências bibliográficas:

Folha de S. Paulo – Opinião: Primeiras diretrizes – 14/05/2016

Folha de S. Paulo – Opinião: Serra no Itamaraty – 23/05/2016

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: A nova política externa – 20/05/2016

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: O Brasil no “cantinho” – 24/05/2016

Relações com América Latina

Em editoriais publicados respectivamente nos dias 17 e 18 de maio, *O Estado de S. Paulo* e o *Correio Braziliense* abordaram os primeiros posicionamentos de José Serra a frente do ministério das Relações Exteriores no que se refere ao relacionamento do Brasil com alguns países da América Latina. Ambos os periódicos trataram de uma nota emitida pelo Itamaraty com o intuito de rebater acusações de governos da região, como de Cuba e Venezuela, que não reconheceram o processo de impeachment contra a presidenta afastada Dilma Rousseff e consideraram que um golpe estava em marcha. Os dois diários elogiaram a forma incisiva com que as denúncias foram refutadas, sendo que na nota oficial foi afirmado que estavam sendo propagadas “falsidades sobre o processo político interno no Brasil”.

O Estado de S. Paulo também fez referência a uma segunda nota oficial, desta vez dirigida ao secretário-geral da Unasul, Ernesto Samper, que refutava as declarações deste de que estava ocorrendo uma ruptura democrática no Brasil e o país poderia ser suspenso



Observatório de Política Exterior do Brasil

do bloco regional. O jornal defendeu que Samper havia se alinhado ao bloco de países bolivarianos contra as instituições brasileiras e agiu de forma incompatível com seu cargo na organização. Um trecho da nota do ministério das Relações Exteriores afirmava que o secretário-geral havia expressado “juízos de valor infundados e preconceitos contra o Estado brasileiro e seus Poderes constituídos”.

De acordo com o editorial, o tom agressivo das mensagens foi adequado para lidar com os governos bolivarianos, que teriam se aproveitado da leniência do governo petista na última década. O diário afirmou que não era realmente necessário dar explicações, desqualificando a visão de que está ocorrendo um golpe como um posicionamento adotado apenas por aqueles que só consideram o cumprimento das leis quando isso lhes favorece. Porém, é importante recordar que, ao contrário do que muitas vezes propagado pela grande mídia brasileira, a validade do processo de impeachment e suas motivações continuam a ser questionados, e diversos setores no Brasil defendem que se trata de um golpe. Além disso, o processo político brasileiro gerou repercussão negativa na mídia internacional. Periódicos de diferentes países – não se restringindo à região sul-americana – manifestaram preocupação com as instituições democráticas brasileiras. Apreensão acerca da situação política brasileira também foi registrada por representações diplomáticas como a do Chile e pela Organização dos Estados Americanos (OEA), usualmente consideradas acima de qualquer suspeita de bolivarianismo.

Ainda que se busque um afastamento dos países da região, e em especial aqueles de orientação bolivariana, deve-se considerar que a manutenção de boas relações com os vizinhos não é algo a ser ignorado. O *Correio Braziliense* afirmou que o governo interino deu sinais de que iria recuar de políticas de integração Sul-Sul, tingidas de bolivarianismo, e que a ideologia que pautou as relações internacionais brasileiras nos governos Lula da Silva e Rousseff foi deixada de lado. De acordo com o editorial, sairia a ideologia e entraria a pauta do comércio. Contudo, as iniciativas de cooperação e integração na América do Sul não são em sua totalidade guiadas por indicações bolivarianas. Com o governo Lula da Silva foi dada ênfase à solidariedade regional e houve, de fato, uma aproximação do Brasil com países bolivarianos. Mas não é apropriado reduzir o complexo quadro da integração sul-americana, ou latino-americana, a esse elemento. A própria



Observatório de Política Exterior do Brasil

criação em 2008 do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), no bojo da Unasul, evidenciou a existência de diversas agendas e a bolivariana não foi a predominante.

Ademais, há a questão sobre o que seria uma política desprovida de ideologia. Só é ideologia então uma série de políticas voltada à cooperação Sul-Sul relacionadas a um pensamento mais à esquerda do espectro político? Enfatizar o aspecto econômico ligado a noções de liberalização na política externa não seria ideológico? Ainda que ideologia seja definida como um conjunto de ideias sustentadas por um grupo social de forma a refletir e defender seus interesses e compromissos institucionais, sejam quais forem? O debate sobre a pertinência de uma busca brasileira por maior aproximação e cooperação com os parceiros tradicionais ou com países do Sul global é em tema clássico da política externa nacional. Cabe cuidado para não se reproduzir ideias prontas que nada ajudam, ou atrapalham, a discussão sobre os rumos internacionais do país, ainda mais em um contexto delicado como a atual.

O editorial do *Correio Braziliense* manifestou também que a aproximação brasileira nos governos petistas de governos polêmicos, como Irã e Cuba, gerou desconfiança internacional e que a guinada atual no Itamaraty restauraria a diplomacia brasileira ao seu respeitável patamar do século XIX. O curioso é que a diplomacia brasileira no governo Lula da Silva foi considerada fortemente ativa e trouxe grande destaque para o país. De qualquer forma, se a preocupação é com a imagem do Brasil no exterior, a situação atual não parece exatamente promissora.

Referências bibliográficas:

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: Um Itamaraty altivo – 17/05/2016

Correio Braziliense – Opinião: Mudança no Itamaraty – 18/05/2016

Relações comerciais

Em editoriais publicados no mês de maio, os jornais *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* abordaram a mudança na orientação da política externa brasileira a partir da instauração do governo interino de Michel Temer, entendendo como positivas a priorização do comércio exterior e a mudança na pauta de negociações internacionais.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Segundo editorial publicado pelo *O Estado de S. Paulo*, no dia 13 de maio, a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) foi marcada por erros estratégicos e retrocessos que culminaram na desvalorização da economia brasileira, submetendo o país a uma relação semicolonial com a China e demais potências. O editorial também apontou que a nova política de comércio exterior precisa envolver maior preocupação com a competitividade e produtividade nacional, destacando que estes foram pontos deixados em segundo plano pelas gestões anteriores.

Em seguida, *O Estado de S. Paulo* defendeu que, se os itens principais da nova pauta forem executados, o Brasil será capaz de reverter o atual processo de encolhimento e alçar importância no cenário global. Ainda, o periódico destacou a crítica realizada pelo ministro interino das Relações Exteriores, José Serra, acerca da vinculação brasileira a um Mercosul emperrado.

Também publicado pelo *Estado de S. Paulo*, o editorial do dia 18 de maio seguiu a mesma linha argumentativa de críticas à vinculação com o Mercosul e afirmou que a diplomacia iniciada no primeiro governo de Lula da Silva – e seguida por Dilma Rousseff – foi caracterizada por um terceiro-mundismo requeitado, o qual impediu o Brasil de fazer parte de acordos bilaterais e inter-regionais, deixando-o limitado a pactos com mercados entendidos pelo jornal como pouco importantes.

Para o periódico, é necessário um novo esquema de integração do Brasil no mercado global. Caso não seja possível alcançar um Mercosul mais dinâmico e menos protecionista, o editorial afirma que seria conveniente abandonar a união aduaneira e retornar ao estágio de livre-comércio, deixando cada país livre para negociar com parceiros externos ao bloco.

O Estado de S. Paulo também apontou como prioridades a ampliação e aprofundamento do acordo com o México, a ampliação de vínculos com países da Aliança do Pacífico, além de destacar que uma maior integração com os Estados Unidos deveria estar no topo da agenda externa brasileira. Ademais, o editorial afirmou não ser possível dissociar a política de desenvolvimento e a diplomacia comercial, destacando que a abertura e integração a novos mercados devem ser componentes essenciais da modernização produtiva do Brasil.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Em mesma medida, o editorial publicado pelo *Correio Braziliense*, no dia 20, demonstra concordância com a nova postura sobre política externa do governo interino, a qual, segundo o periódico, rompe com a matiz ideológica dos governos anteriores. O editorial afirmou que, com essas novas diretrizes, as decisões relativas ao comércio exterior serão despolitizadas e não sofrerão influência político-partidária.

Por fim, o *Correio Braziliense* faz coro aos editoriais de *O Estado de S. Paulo* na crítica ao Mercosul – caracterizando o bloco como estagnado e míope –, afirmando que este seguirá irrelevante caso não implemente uma agenda de negociações comerciais que inclua os países desenvolvidos.

É possível notar que os jornais apresentam argumentos frágeis para defender a restrição da política externa brasileira simplesmente em termos de comércio exterior. Destarte, a ideia de que as novas diretrizes não estariam mais baseadas em preceitos ideológicos ou político-partidários é errônea e maniqueísta. O documento no qual o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) explicita as linhas que o governo interino de Michel Temer seguirá, intitulado Agenda para o Desenvolvimento, já faz cair por terra tal ideia, uma vez que se trata de documento partidário com preceitos ideológicos claramente neoliberais de abertura comercial e aproximação com países ditos desenvolvidos, que aponta os caminhos a serem seguidos pela política externa do país.

Além disso, os periódicos abordam as relações com o Mercosul de maneira superficial, deixando de lado qualquer tema que fuja do espectro comercial. Tão importante quanto vender mais é diversificar os parceiros e as exportações, a fim de não se tornar dependente de mercados mais desenvolvidos. Os jornais desconsideram a relevância dos aspectos cooperativo e integrativo que circundam as relações entre os países-membros do Mercosul, bem como o projeto de autonomia pela diversificação que vinha sendo seguido desde o primeiro mandato de Lula da Silva.

Em mesma medida, a ideia de priorizar as relações com os Estados Unidos representaria a regressão para uma nova espécie de Consenso de Washington, colocando de lado as aproximações com o entorno estratégico brasileiro e o esforço empenhado na cooperação Sul-Sul. Finalmente, a ideia trazida pelo *Correio Braziliense* de que as novas diretrizes da política externa passariam a responder, única e exclusivamente, à defesa do



Observatório de Política Exterior do Brasil

interesse nacional é inepta, por sugerir a existência de um interesse nacional uno, homogêneo e livre de interesses.

Referências bibliográficas:

Correio Braziliense – Opinião: Em busca de parcerias – 20/05/2016

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: A reconstrução do Brasil – 13/05/2016

O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: Diplomacia e modernização – 18/05/2016